



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 23 DE
FEVEREIRO DE 2018 - Nº 4/2018 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, João Pedro Costa Arraiolos e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de apoio à Presidência.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Proposta de reconhecimento de postos de trabalho como necessidades permanentes de serviço, com vista à sua criação no Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.

Remeter à Assembleia Municipal.

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 2 – Proposta de alteração do Mapa de Pessoal referente ao ano de 2018.

Remeter à Assembleia Municipal.

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 3 – Proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de 22 postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça.

Remeter à Assembleia Municipal



Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 4 – Proposta referente ao Modelo e ao Contrato de Gestão Delegada do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos da RESIURB e ao procedimento de autorização de despesa e de compromisso plurianual, e proposta de alteração dos estatutos da RESIURB, na sequência da desvinculação do Município da Chamusca.

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 5 – Proposta de alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alpiarça, com vista ao emparcelamento dos Lotes 114, 115, 117, 130 e 131.

Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Janeiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 6 – Proposta de Transmissão de Plena Propriedade dos Lotes 1 a 6 da Zona Industrial de Alpiarça.

Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

Ponto 7 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um baile de carnaval, na “Toca dos Grilos”, sito na Rua João Nunes Feliciano, nº 13-15, em Alpiarça, com início às 22h00 do dia 10 de fevereiro de 2018, e termo às 02h00 do dia 11 de Fevereiro de 2018.

Requerente: Maria Isabel Tocha Grilo

Para Ratificação:

Ponto 8 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma noite de Karaoke, na “Tasca do Simões”, sito na Rua José Relvas, nº 569, em Alpiarça, com início às 20h00 do dia 17 de fevereiro de 2018, e termo às 02h00 do dia 18 de Fevereiro de 2018.



Requerente: Ricardo Jorge da Silva Simões

Para Ratificação:

Ponto 9 – Proposta de reforço do subsídio à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro, para Corso Carnavalesco de 2018.

Município de Alpiarça - Proposta/VCJP/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:

ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia 22 de Fevereiro de 2018, com um total de disponibilidades de 192.992,12€.

PROPOSTA DE ATA N.º 03/2018 - RC REALIZADA DIA 09 DE FEVEREIRO 2018

A Srª Vereadora Sónia Sanfona propôs que na 1ª linha da página 4, onde se lê “Escolas com espaços geográficos...” passe a ler-se “Escolas em espaços geográficos...”.

Posta à votação, foi a ata aprovada por unanimidade, com a alteração sugerida pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona.

O Sr. Presidente da Câmara deu de seguida a palavra aos Vereadores.

Interveio a Sra. Vereadora Sónia Sanfona para questionar a situação dos trabalhadores que estão a assegurar o tratamento dos espaços verdes do Município, em regime de prestação de serviços através da Agroalpiarça. Perguntou de que forma este tipo de funções se enquadra no objeto da Agroalpiarça, quais as condições do contrato ou do protocolo celebrado entre o Município e a Agroalpiarça, quais são os custos associados e quem suporta a segurança social. Referiu que teve a informação que no refeitório da Escola do 1º ciclo são servidas refeições a bombeiros que, embora sendo funcionários da autarquia, pretende saber se esta situação se enquadra no contrato com a



empresa que fornece as refeições. Perguntou se o Sr. Conservador do Museu apresenta regularmente relatórios sobre a atividade do Casa dos Patudos, se existe um inventário atualizado do espólio do Museu e se o mesmo pode ser consultado. Questionou também qual o custo mensal com o aluguer dos contentores que servem de balneários, no Estádio Municipal. Solicitou informação sobre as casas de madeira recentemente instaladas no Parque de Campismo; se a implementação foi da responsabilidade do Parque ou se foi da Câmara. Quis também saber o ponto de situação das bolsas de estudo, a atribuir a alunos do ensino superior. Referiu-se ao protocolo com o agrupamento de escolas e solicitou os relatórios semestrais da Escola e o relatório anual, efetuado pelos serviços de educação do Município e solicita também o protocolo de transferência de competências para o Município, onde se refere que este pode celebrar um acordo com o Agrupamento de Escolas, cedendo parte do montante gerido pelo Município. Fez referência ao Projeto Tejo, recentemente apresentado na Quinta da Lagoalva, considerando-o um projeto interessante sob diversos pontos de vista. Questionou a opção da Câmara no processo de reparação dos diques do tejo. Perguntou também se a Câmara está a acompanhar a situação da lagarta do pinheiro, nomeadamente na Reserva do Cavalo do Sorraia e se já tomou algumas providências, considerando que se trata de um assunto de saúde pública. Sublinhou que o prazo de pagamentos a fornecedores tem vindo a aumentar e solicitou um relatório dos pagamentos efetuados com o empréstimo de curto prazo contraído no início do ano. Fez uma referência sobre o terreno da CCAM, que era usado como estacionamento em frente à igreja, nomeadamente sobre uma notícia num jornal, onde se diz que o vereador optou pela solução de colocar floreiras porque o proprietário pretendia vedar o terreno com arame farpado. A Sra. Vereadora tem a convicção que não foi isto que o Sr. Vereador Carlos Jorge disse e chama a atenção para o ridículo desta situação que não faz qualquer sentido.

Interveio de seguida o Sr. Vereador António Moreira. Começou por falar nas obras que estão a decorrer no Concelho e questionou se as mesmas são devidamente acompanhadas pelos serviços do município, uma vez que se desenvolvem em espaço público, afirmando que, na sua opinião, esse acompanhamento não é feito corretamente. Mencionou a existência de casas degradadas no Concelho, reconhecendo que é uma situação complexa, e perguntou o que se pretende fazer em relação a esta situação. Questionou se o Município já se preocupou em fazer um levantamento das casas em perigo de derrocada parcial no concelho e se os proprietários têm sido notificados, no



sentido de procederem às obras necessárias. Referiu que o nível da água da barragem diminuiu consideravelmente, em pleno período de inverno, o que o preocupa, uma vez que no verão o nível da água foi bastante aceitável. Sugeriu que o Município providencie no sentido de procurar manter a água da Barragem em níveis aceitáveis, idênticos aos do verão. Falou sobre a situação de Vale de Tojeiros, cujo caminho foi vedado por um munícipe e que o processo em tribunal foi arquivado. Perguntou porque razão o Município colocou uma ação em tribunal contra o munícipe que vedou o caminho, foi feito um acordo entre as partes e depois o processo é arquivado não se tendo feito nada para resolver o problema.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à resposta das questões que foram colocadas. Começou por referir que as refeições fornecidas a terceiros, nomeadamente aos Bombeiros, na cantina da Escola do ensino básico, são pagas através de um contrato próprio, firmado com a empresa e tem períodos bem definidos, em situações específicas, como é o caso da formação dos ECINES, que este ano se estendeu por mais tempo devido aos fogos que assolaram o país. Esta situação acontece porque a cantina do município encerrou. Estão também nesta situação os militares da GNR que estão no terreno, em ações de sensibilização para a limpeza de terrenos. Sobre a Casa dos Patudos informou que as questões colocadas serão encaminhadas para o Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira e a informação será prestada à Sra. Vereadora Sónia Sanfona, afirmando no entanto que as peças que saem da Casa dos Patudos são devidamente acompanhadas, são seguradas nos termos da lei e regressam em condições. Acrescentou que nas situações em que houve restauros existe um relatório inicial e um diagnóstico das necessidades de intervenção e depois há também um relatório que atesta a intervenção realizada. Deu conhecimento que, em relação ao Parque de Campismo, está prevista a construção de quatro bungalows naquele espaço, de acordo com o contrato de concessão assinado com a concessionária. Foram agora, embora com algum atraso em relação ao previsto, construídas duas casas de madeira, e posteriormente serão construídas mais, consoante a procura que se verificar, segundo informação da própria concessionária. Referiu também que a Câmara, conforme havia sido previamente acertado, colaborou neste processo, cedendo máquinas e meios humanos, para regularização do terreno. Sobre os relatórios referidos no protocolo com a Escola, informa que os mesmos já foram solicitados à Direção do Agrupamento. Mencionou que o Projeto Tejo contou com a presença do Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, da Sra. Diretora Regional da DRAPLVT e do autor do estudo, para



além de Presidentes de Câmara e outras individualidades. Informou que o projeto atinge uma área muito vasta e tem vários objetivos, entre os quais o regadio de cerca de trezentos mil hectares. Sublinhou que se pretende para a região um impacto semelhante ao do Alqueva, no Alentejo. Trata-se de um projeto a longo prazo, com a construção de um conjunto de açudes no Tejo, que permita a navegabilidade desde a foz até Abrantes e que potencie o desenvolvimento turístico da região. O projeto tem um valor aproximado de quatro mil e quinhentos milhões de euros. Realçou o papel da Quinta da Lagoalva, uma empresa sediada no concelho de Alpiarça, ao desencadear todo este processo, corporizando os anseios de várias gerações de agricultores e não só e que, certamente, será colocado na agenda política nacional, nos próximos anos. Sublinhou também que este projeto poderá ser o reanimar do rio Tejo, que está a ficar moribundo, como se tem verificado diariamente com notícias que vão surgindo sobre a poluição e o fracos caudais. Sobre os diques, reconhece que estes são fundamentais para a proteção dos terrenos agrícolas e das populações das áreas ribeirinhas, mas esclareceu que são da responsabilidade do Estado, da administração central, e sublinhou que, por exemplo, o dique de Valada, nos Concelhos do Cartaxo e Azambuja, foi totalmente reparado e suportado, na componente nacional, pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente. Disse que os municípios não têm qualquer responsabilidade na manutenção e reparação dos diques. Informou que o valor estimado para a reparação dos diques no nosso concelho, há oito anos atrás, era muito superior aos valores que agora são apresentados, o que não faz muito sentido, uma vez que a degradação se acentuou. Acrescentou que está marcada uma reunião com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, para tratar desta e doutras questões. Transmitiu que, em relação à situação criada pela lagarta do pinheiro, a mesma está a ser tratada e acompanhada. Informou que as obras que decorrem no espaço público do Município, são devidamente acompanhadas pelos serviços e procura-se, junto das empresas responsáveis, que os espaços intervencionados sejam repostos nas devidas condições, o que, reconheceu, nem sempre acontece, havendo nestas situações que identificar as anomalias e tomar as medidas necessárias para repor os pavimentos ou passeios como estavam. Em relação às casas degradadas afirmou que há um levantamento feito. Observou que é pelo facto de existirem muitos fogos degradados no país, que esta questão passou a ser um desígnio nacional, com a criação da Regeneração Urbana, que criou vários instrumentos à disposição, sobretudo dos privados, mas também das entidades públicas. Realçou que, no Concelho o que se tem feito é, através da fiscalização municipal e do



Gabinete Técnico, identificar as situações mais graves e notificar os proprietários para a demolição dos prédios em risco. Se os proprietários não procederem em conformidade, a Câmara terá de tomar posse administrativa dos mesmos, um processo moroso, e posteriormente, mediante disponibilidade de meios, proceder então à demolição. O Município poderá ser ressarcido das despesas efetuadas, o que nem sempre é fácil, uma vez que após a demolição terá de se limpar todo o terreno, o que terá custos elevados. Salientou que a Barragem dos Patudos, é das que, no contexto atual e com o problema de seca que existe, apresenta melhor nível de água, comparando com outras barragens equivalentes. Esta quota é conseguida através da injeção de água na barragem, sobretudo no período do verão. Afirmou que a situação relacionada com o caminho do Vale de Tojeiros tem muitos anos e que, perante uma situação irredutível do munícipe, recorreu-se aos tribunais. Houve um acordo em tribunal e o objetivo mantém-se, que é reabrir o caminho, assim que for possível.

O Sr. Presidente deu de seguida a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, para responder a algumas questões. O Sr. Vereador começou por afirmar que os contratos com a Agroalpiarça foram firmados devido à escassez de trabalhadores afetos aos serviços urbanos do Município e à dificuldade na aprovação de Contratos de Emprego e Inserção (CEI e CEI +), havendo necessidade de recorrer àquela situação. Estes contratos foram feitos de acordo com as regras legais, de forma a assegurar aqueles serviços. Neste momento não existe qualquer contrato firmado com a Agroalpiarça para prestação de serviços. Os funcionários que prestam serviço na área dos serviços urbanos estão com o município numa relação de prestação de serviços e não através da Agroalpiarça. Em relação ao pedido de informação dos custos com os balneários do Campo de Futebol, a mesma será prestada posteriormente com mais exatidão, mas andarão por volta dos seiscentos euros mensais. As bolsas de estudo deverão estar em condições de serem apresentadas na próxima reunião de Câmara, para deliberação. Sobre o aumento dos prazos de pagamento a fornecedores, o Vereador afirmou que esse facto tem a ver essencialmente com a dívida à Ecoléziria, que se está a procurar resolver. Em relação ao empréstimo de curto prazo, informou que uma parte foi para pagar o que faltava do empréstimo anterior e o restante é para colmatar dificuldades de tesouraria, não sendo possível dizer concretamente a que despesa se destina.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona volta a intervir, e disse que em relação às casas degradadas o Sr. Vereador Antónia Moreira estava a referir-se às casas em perigo de derrocada e que podem causar



perigo a pessoas ou bens e questiona, nesses casos, se as pessoas estão notificadas e se a Câmara já tomou posse administrativa de algumas.

O Sr. Presidente pediu a intervenção do Eng. Portugal que afirmou que até agora houve poucas posses administrativas para este efeito e, quando existe perigo de derrocada é feita uma vistoria e são notificados os proprietários no sentido de procurar uma solução.

O Sr. Vereador António Moreira questiona, em relação ao edifício da antiga farmácia Gameiro, o que fez a autarquia para resolver o problema, considerando que, naquele caso, há perigo de derrocada para a via pública.

O Sr. Eng. Portugal reconhece que esta é uma situação que está em perigo e que se terá de encontrar uma solução para o problema, que passa por remover o entulho e deitar todas as paredes abaixo.

O Sr. Presidente perguntou quando foi feita a demolição do prédio, ao qual o Sr. Eng. Portugal confirmou não ter sido no mandato deste executivo, pediu para se fazer a verificação da situação e, se houver necessidade de intervenção, fazer as diligências necessárias para sanar o problema.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Proposta de reconhecimento de postos de trabalho como necessidades permanentes de serviço, com vista à sua criação no Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.

Remeter à Assembleia Municipal.

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Presidente começou por dizer que os primeiros três pontos têm a ver com o mesmo assunto e que são a resposta da Câmara ao processo de regularização extraordinária dos trabalhadores com vínculos precários à administração local, desde que haja uma necessidade permanente dos serviços. Estão em condições de concorrer a estes lugares, os trabalhadores que tenham estado ao serviço do Município entre um de Janeiro e quatro de Maio de dois mil e dezassete, período



definido pelo Governo.

De seguida interveio o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para esclarecer alguns aspetos de todo o processo. Informou que estão abrangidas, pela Lei nº 112/2017 de 19 de Dezembro, os trabalhadores com contratos de prestação de serviços, com contratos de emprego e inserção, com contratos de emprego e inserção + e os contratados a termo certo. Sublinhou que neste ponto, a Câmara Municipal deve deliberar e propor à Assembleia Municipal que delibere reconhecer como necessidades permanentes de serviço, um conjunto de postos de trabalho, com vista à sua criação no Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona perguntou se todos os vinte e dois lugares são criados de novo no quadro de pessoal, considerando que não consegue detetar, em relação a algumas profissões, quantos lugares estão criados no mapa de pessoal. Referiu no entanto que, em relação aos lugares de Técnico Superior na área de história e Técnico Superior na área de proteção civil, estes lugares já estão criados no mapa de pessoal e perguntou se se estão a criar mais dois novos lugares.

O Sr. Vereador respondeu em primeiro lugar que não vão ser criados vinte e dois novos lugares no quadro de pessoal, considerando que já havia no quadro alguns lugares criados. Em relação aos dois lugares referidos pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona esclareceu que esses lugares já estão criados no mapa de pessoal. Explicou que os concursos que foram anulados na reunião anterior tinham a ver com duas vagas, para que agora não houvesse necessidade de criar novos lugares.

Desfeitas algumas dúvidas em relação à interpretação da redação do ponto e prestados os necessários esclarecimentos, foi o ponto aprovado por maioria, com dois votos a favor da CDU e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista. O ponto foi aprovado em minuta, para imediata produção de efeitos, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro. Deliberado remeter à Assembleia Municipal. A Sra. Vereadora Sónia Sanfona fez a seguinte declaração de voto, em nome dos Vereadores do Partido Socialista: “ A nossa votação neste, prende-se com o facto de ser o conhecimento relativamente às necessidades permanentes de serviço, uma faculdade do executivo que, gerindo a autarquia, melhor entende quais os postos de trabalho efetivamente necessários”.



Ponto 2 – Proposta de alteração do Mapa de Pessoal referente ao ano de 2018.

Remeter à Assembleia Municipal.

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos presta alguns esclarecimentos sobre este ponto, afirmando que o mapa de pessoal foi ajustado de acordo com a proposta anterior, tendo sido criados, efetivamente, mais onze postos de trabalho no mapa de pessoal.

O Sr. Vereador António Moreira pediu alguns esclarecimentos sobre as categorias do quadro, sublinhando que alguns funcionários podem não estar a desempenhar essas funções.

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu esta questão, afirmando que isso tem a ver com processos de mobilidade interna, que só serão refletidas no quadro de pessoal, depois da consolidação do lugar.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por maioria, com dois votos a favor da CDU e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista. O ponto foi aprovado em minuta, para imediata produção de efeitos, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro. Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 3 – Proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento para a ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de 22 postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça.

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

Interveio o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para complementar alguns esclarecimentos, realçando que é à Câmara Municipal que compete a proposta de abertura de procedimentos concursais para o recrutamento de vinte e dois postos de trabalho, já identificados, nos termos legais.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por maioria, com dois votos a favor da CDU e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista. O ponto foi aprovado em minuta, para imediata



produção de efeitos, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro. Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 4 – Proposta referente ao Modelo e ao Contrato de Gestão Delegada do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos da RESIURB e ao procedimento de autorização de despesa e de compromisso plurianual, e proposta de alteração dos estatutos da RESIURB, na sequência da desvinculação do Município da Chamusca.

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Presidente disse que se trata do processo de reconfiguração da Ecoléziria, através da participação da Resiurb, enquanto associação de municípios. Este processo surgiu pela vontade dos municípios de afastar as entidades privadas que estavam na Ecoléziria, considerando que esta era uma presença que estava a mais, uma vez que participavam nos resultados líquidos da empresa, enquanto os municípios voltavam a investir os resultados que lhes cabiam. Referiu-se à saída da Chamusca, que tinha uma participação na Resiurb e na Ecoléziria, afirmando que esta saída faz todo o sentido, considerando que aquela concelho já estava ligado à Resitejo e não tinha necessidade de estar em dois sistemas diferentes. Acrescentou ainda que havia a perspetiva de alguns municípios de juntar a recolha de RSUs ao tratamento e à valorização, verticalizando a empresa, discussão que se tem vindo a realizar há algum tempo entre os municípios, em relação ao modelo de gestão da Ecoléziria. Desta discussão resultou que há municípios que querem avançar para o sistema integrado, em alta e baixa, e estão nesta situação os concelhos de Coruche e Almeirim e os outros municípios, Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Salvaterra de Magos pretendem manter o mesmo modelo de participação, ou seja, estas Câmaras continuam a fazer a recolha e o transporte dos resíduos. Esta é a proposta do Presidente e dos Vereadores da CDU para o concelho de Alpiarça, que optam pelo modelo de gestão não integrada.

Interveio a Sra. Vereadora Sónia Sanfona que coloca algumas questões em relação à formulação do ponto. Considera que, no seu entendimento, o ponto não está bem formulado e que tem votações diferentes para os diversos itens. Sobre o modelo de gestão acha que Alpiarça perde mais uma vez uma oportunidade de uma gestão integrada, intermunicipal e não compreende esta opção da



maioria, atendendo a todas as dificuldades que a Câmara de Alpiarça tem, no serviço de recolha do lixo e tudo o que, agregado a isso vem como dificuldade. Entende que, a exemplo do que se passa com as Águas do Ribatejo, a opção correta seria o modelo de gestão integrado que é, na sua opinião, o que melhor defende o interesse da população. Relativamente às outras questões contidas no ponto, os Vereadores do Partido Socialista votarão favoravelmente.

O Presidente reconhece que há dificuldades na recolha, o que é transversal a todos os municípios, mas disse que, na concentração de sistemas há riscos, de os municípios e por consequência as populações, perderem o controlo da sua gestão e dá o exemplo dos correios, embora a um nível diferente, mas igualmente de serviço público.

Em relação à votação do ponto a Sra. Vereadora Sónia Sanfona afirma que tem dificuldade em votar o ponto em conjunto, uma vez que discorda de um item, mas concorda com os outros. O Sr. Presidente sugere que o ponto seja votado em conjunto e que o Partido Socialista apresente uma declaração de voto, porque o ponto não pode ser alterado.

Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com o voto de qualidade do Sr. Presidente da Câmara, com dois votos favoráveis da CDU e dois votos contra do Partido Socialista. Deliberado remeter à Assembleia Municipal. A Sra. Vereadora Sónia Sanfona apresentou declaração de voto, em nome dos Vereadores do Partido Socialista: “Dada a formação da proposta com um único ponto, a votação dos Vereadores do Partido Socialista é contra, pela não opção do modelo de gestão integrado, não tendo contudo qualquer reserva relativamente à submissão da proposta à Assembleia Municipal, à aprovação da despesa a realizar em execução do contrato de gestão delegada e em relação à aprovação da proposta de alteração dos estatutos”.

Ponto 5 – Proposta de alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alpiarça, com vista ao emparcelamento dos Lotes 114, 115, 117, 130 e 131.

Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Janeiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Presidente disse que estes lotes correspondem às antigas instalações da Renoldy.

O Sr. Eng. Portugal prestou os esclarecimentos necessários informando que não há qualquer inconveniente nesta operação.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona perguntou qual é a razão efetiva subjacente a esta operação. O Sr.



Eng. Portugal disse que o objetivo é efetuar uma atualização do registo como um único lote.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por maioria, com dois votos a favor da CDU e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 6 – Proposta de Transmissão de Plena Propriedade dos Lotes 1 a 6 da Zona Industrial de Alpiarça.

Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Presidente corrige o ponto, afirmando que, por lapso, a informação do requerente referia “os lotes 1 a 6”, quando na realidade se trata dos “lotes 1 a 16”. A operação trata-se da transmissão plena da posse dos lotes 1 a 16 da Zona Industrial de Alpiarça, sendo um assunto que mereceu uma avaliação jurídica. Apesar de algumas dúvidas o Presidente resolveu avançar com a proposta, considerando o interesse na dinamização da atividade económica do Concelho e na revitalização de algumas áreas importantes da Zona Industrial. Estas são as principais razões, no sentido da Câmara autorizar esta transmissão e não exercer o direito de preferência. O Sr. Presidente solicitou ao Dr. Madeira Lopes, Jurista da Câmara, com o acordo dos restantes Vereadores, o esclarecimento sobre os motivos desta operação. O Dr. Madeira Lopes fez um explicação sobre o seu parecer jurídico em relação à transmissão de plena propriedade dos lotes em causa e o executivo mostrou-se esclarecido, perante a forma clara como o Dr. Madeira Lopes se dirigiu aos membros da Câmara. A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu que, em casos semelhantes que ainda possam existir, haja a preocupação de se registarem os ónus, de forma a garantir que este tipo de situações não aconteçam frequentemente.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por unanimidade.

Ponto 7 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um baile de carnaval, na “Toca dos Grilos”, sito na Rua João Nunes Feliciano, nº 13-15, em Alpiarça, com início às 22h00 do dia 10 de fevereiro de 2018, e termo às 02h00 do dia 11 de Fevereiro de 2018.

Requerente: Maria Isabel Tocha Grilo

Para Ratificação:

Posta à votação, foi a ratificação aprovado por maioria, com dois votos a favor da CDU e duas



Abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 8 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma noite de Karaoke, na “Tasca do Simões”, sito na Rua José Relvas, nº 569, em Alpiarça, com início às 20h00 do dia 17 de fevereiro de 2018, e termo às 02h00 do dia 18 de Fevereiro de 2018.

Requerente: Ricardo Jorge da Silva Simões

Para Ratificação:

Posta à votação, foi a ratificação aprovado por maioria, com dois votos a favor da CDU e duas Abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 9 – Proposta de reforço do subsídio à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro, para Corso Carnavalesco de 2018.

Município de Alpiarça - Proposta/VCJP/Fevereiro de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que a verba disponibilizada para o curso carnavalesco mostrou-se insuficiente, pelo que foi necessário um reforço de quatrocentos e cinquenta euros. Esta situação deve-se ao facto de este ano participarem mais carros alegóricos do que o previsto. Sublinhou que a verba disponibilizada para cada ano, tem sempre como referência o ano anterior, que teve uma participação ligeiramente inferior, daí a necessidade de propor este reforço para o ano de 2018. Realçou a excelente participação, quer de figurantes e de participantes no carnaval, bem como todo o envolvimento da comunidade alpiarcense, que aderiu a esta iniciativa, considerando assim que é um investimento que se continua a justificar.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por maioria, com dois votos a favor da CDU e duas Abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

PERÍODO DO PÚBLICO

Interveio neste período o munícipe Paulo de Jesus, para falar sobre uma rampa que foi demolida junto à sua habitação, onde diz que agora em vez da rampa existe um buraco. Solicitou a resolução do problema, e considera que decisão do tribunal não foi cumprida.

O Sr. Presidente respondeu afirmando que o que resulta do acórdão do tribunal é a anulação de uma deliberação anterior, reforçando que o que foi feito foi o cumprimento desse acórdão, ou seja a eliminação



da rampa. No entanto o Sr. Presidente disse que fica o registo e que a Câmara vai procurar ver os aspetos que têm a ver com os acessos, mas que só pode intervir no espaço público e não em espaço privado. Informou ainda que o assunto continua a ser acompanhado pelo Gabinete Jurídico.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de apoio à Presidência, a redigi e assino.